

SUBJETIVIDADE EM TRAVESSIA: O PRETERIMENTO DO CORPO DISSIDENTE NO TERRITÓRIO ESCOLAR

Daniel Henrique Rodrigues Domeneⁱ
Me. Maddox - Cleberson Diego Gonçalves²
Me. Lua Lamberti de Abreu³

RESUMO

Este artigo possui uma preocupação em evidenciar o histórico da minha vivência e de mais quatro transhomens graduados em uma licenciatura. Junto-me neste trajeto que percorre e atravessa a criança *queer*¹, e entre relatos no período que se estende a escolarização durante a infância até a conquista de um diploma no Ensino Superior, este artigo vem demonstrar como o ambiente escolar segrega os corpos dissidentes de gênero, descreve situações que transgêneros/as passam para se manter no sistema educacional até chegar a Universidade, teóricos/as transgêneros/as dão amplitude na referência deste trabalho e marcam história na Educação ao romper barreiras como minoria marginalizada na sociedade heteronormativa ao obter um diploma no ensino superior. Abordo a metodologia transfeminista criada por professoras/es trans que perceberam que ocupam e podem argumentar seu local de fala, o transfeminismo surgiu por meio do feminismo e luta pelo direito social e civil de existência de corpos transgêneros que almejam igualdade na sociedade machista e patriarcal. Logo promover a discussão sobre a sexualidade é de interesse científico, econômico, social e cultural, neste sentido explorar como os marcadores de sexo e gênero se relacionam é pertinente no decorrer desta escrita e se fortalece com relatos que promovem ênfase sobre a vivência no espaço educacional de pessoas trans.

Palavras-chave: Educação. Transhomem. Transfeminismo. Infância. *Queer*.

1

Termo de origem estrangeira que significa diferente, estranho, passou a ser usado no Brasil para se referir a pessoas que estão fora do padrão considerado hétero (Lua lamberti de ABREU, 2018).

ABSTRACT

This article concerns with highlighting my history as well as the ones of other four transmen graduated in a higher education course. I join this path that goes through the queer child's schooling period up to the higher education graduation , it aims to demonstrate how the schooling system segregates the dissident bodies of gender, it also describes situations that transgender people go through in order to remain in the educational system , transgender theorists give amplitude in the reference of this article and mark education history by breaking barriers as a marginalized minority in the heteronormative society to obtain a degree in higher education. I approach the transfeminist methodology created by transgender professors who realized that they have, and can argue their place of speech. Transfeminism first emerged through feminism and through the fight for social and civil rights of transgender individuals who aim for equality in a sexist and patriarchal dominated society.

Therefore, the discussion about sexuality is, of scientific, social and cultural interest, in this sense, to explore how the markers of sex and gender are related, is relevant, and it gets reinforced by the personal reports which promote emphasis over the experience of transgender people in the educational space.

Keywords: Education. Transman. Transfeminism. Childhood. *Queer*.

¹Acadêmico de Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá-Pr.

²Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso. Professor colaborador da Universidade Estadual de Maringá-Pr. Área; Arte e Educação

³Co- Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Professora colaboradora da Universidade Estadual de Maringá. Área; Artes Cênicas e Educação.

1 – INTRODUÇÃO

Esta escrita aborda a existência do transhomem no ambiente escolar e sua relação à vivência educacional. Pensar neste lugar me provoca inúmeras recordações, por ser um espaço de socialização, ensino e aprendizagem. Acessar a memória deste local foi um exercício que passei a realizar antes mesmo de iniciar esta escrita, questões foram surgindo por motivos da pouca discussão sobre as diferenças em relação à identidade de gênero e orientação sexual na escola e no cotidiano; consegui compreender alguns fatos que me ocorreram e posteriormente outras pessoas do movimento LGBT² me relataram que o debate sobre gênero e sexualidade era pouco comentado em suas vivências escolares; essa indagação me levou a refletir de que alunos/as e professores/as tratavam o assunto sem o conhecimento e que no cotidiano o diálogo sobre diferenças na relação homem e mulher não se enquadravam no núcleo escolar, faz sentido essa discussão a exemplo no curso de Pedagogia em que na maioria das vezes mulheres escolhem o curso, pensar o motivo que menos homens acessam a graduação já se encaixa na relação de gênero. Poucos/as docentes sabiam conduzir este assunto que surge por meio do movimento feminista³, tema que evidencia os direitos civis, sociais, culturais e econômicos de mulheres que lutam por uma revolução de equidade, debate que se estende em outros grupos que se perceberam marginalizados e excluídos da sociedade.

Escolhi fazer o curso de Pedagogia para entender a criança, a infância e todo o contexto que um dia eu vivi, em especial de como o sistema educacional funciona. Ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2015, logo no primeiro ano tive a oportunidade de ser aluno da professora Eliane Rose Maio na disciplina de Psicologia da Educação. Ela lecionou sobre como as relações de gênero e sexualidade se envolve em contextos desde a infância, ensinou a ter um olhar crítico. Passei a fazer parte do grupo do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual, (NUDISEX) para potencializar meu aprendizado.

Ao ler teóricos/as que exploram as questões de gênero e diversidade como o transhomem Paul B. Preciado (2015), a transmulher Jaqueline Gomes de Jesus

² LGBT: Sigla que se refere a Lésbicas; Gays; Bissexuais e Transgêneros/as.

³ O movimento feminista considera a subjetividade da mulher desde a década de 70, e luta para conquistar espaços e direitos nas relações culturais e sociais. (JESUS, 2012)

(2012), o homem cis gay Michel Foucault (1988), a travesti Lua Lamberti de Abreu (2019), a travesti Luma Nogueira de Andrade (2012), a travesti preta Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), a travesti Amara Moira Rodvalho (2017), dentre outros/as, recorri à minha memória para compreender como a falta de diálogo e conhecimento sobre a sexualidade na escola, culmina em violência ao depreciar os corpos dissidentes nestes espaços.

Por meio da instituição escolar diversos corpos e suas histórias se cruzam. Narrativas se constroem neste espaço hegemônico e perceber isso consolida esta escrita, os corpos desviantes são disciplinados a performar um comportamento padrão heterossexual, como relata Megg Oliveira (2017). Neste contexto, pensar nas diferentes realidades de corpos transgêneros e suas possibilidades de resistências nos espaços educacionais geram temas de dissertações e teses de doutorado, mas são poucos/as autores/as trans que conseguiram concluir o Ensino Médio e ingressar e permanecer no Ensino Superior, como aponta a Luma Andrade (2012).

2 - PERCURSO METOLÓGICO

Durante os quatro anos de Pedagogia na disciplina de Metodologia e Técnicas de Pesquisa (METEP) cada professor/a utilizou textos para que fosse identificado o assunto referente à escrita, a relevância do assunto em relação à educação e à reflexão sobre temáticas em torno do processo educacional. Pensar na possibilidade de escrita de um projeto de conclusão de curso que colabore com a educação é amplo, pode ser redundante na questão da temática. O movimento de análise em encontrar algo a ser explorado exige uma metodologia para solidificar o trabalho. Foram expostos modelos de metodologia de forma técnica, como a descritiva que relaciona obtenção de dados, junto à pesquisa de campo para comparação de fatos, para isso se utiliza de questionários elaborados com perguntas fechadas, o entrevistado/a escolhe com um x uma opção, utiliza-se este tipo de questionário para compreender a opinião de um grupo social sobre determinado tema.

Analisando minha existência, quem eu sou, percebi que nenhuma delas me contemplava enquanto pesquisador apesar de todas conceberem a mim e aos/às meus/minhas enquanto objetos algo já criticado por intelectuais como Lamberti (2019). Ao perceber que pessoas cisgêneras elaboram pesquisas acadêmicas em

relação a pessoas transgêneras sugere que pessoas trans não estão no espaço educacional ou universitário, denunciar esta realidade indica a criação de uma epistemologia trans, que marque e reconheça a população transgênera.

Encontrei respaldo para falar destes temas nos crescentes feminismos que fortalecem a travesti, a transmulher, o transhomem, como afirma Amara Moira Rodovalho (2017) ao se deparar com a violência e o preconceito que deslegitima o direito de existência desses corpos no espaço da saúde, educação, moradia e trabalho. Neste contexto, apresento o transfeminismo que empodera as identidades trans, luta pelos direitos sociais, civis e democráticos, reforçam o lugar de respeito como cidadãos/ãs. São as exigências de igualdade que esses corpos almejam para obter qualidade de vida. Neste sentido a história de corpos trans femininos, e trans masculinos se encaixam nesta metodologia, e se fortalece como espaço de luta e resistência.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível. (JESUS; ALVES, 2012, p.15).

A teórica transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2010) argumenta de forma crítica como a pessoa trans no campo educacional se encaixa dentro do discurso social político e científico, mostrando como a violência incide sobre os corpos de pessoas transgêneras/os. O Transfeminismo surge por meio da necessidade de reivindicação de espaço existencial da população transgênera. Neste contexto, é preciso entender a teoria feminista, e seu impacto que configura uma mudança política, social e cultural para as mulheres no Brasil e no mundo, tais configurações passaram a se ramificar quando mulheres afrodescendentes, indígenas, pobres, solteiras, idosas, viúvas, lésbicas, bissexuais, pessoa com deficiência, travestis e transmulheres, perceberam que a luta por igualdade de direitos civis contemplava apenas um modelo de mulher, a casada com estabilidade financeira e mãe. De certo modo, o não pertencimento de determinados grupos de

mulheres entendiam suas necessidades de luta e reivindicação na sociedade (JESUS; ALVES, 2012).

Neste sentido, o movimento feminista contempla a subjetividade da mulher desde o século XIX, elas conquistam espaços e direitos, os estudos de gênero empoderam as mulheres quando passam a compreender como as relações culturais e sociais exploram a mulher e a tratam como objeto, é por meio do patriarcado que coloca o homem branco heterossexual em situação de poder e menospreza o direito civil e igualitário feminino.

De acordo com Scott (1995), gênero é um conceito mais útil do que o de sexo para a compreensão das identidades, papéis e expressões de homens e mulheres na vida cotidiana, tendo sido adotado pelos movimentos feministas a partir da década de 70, a fim de demarcar as distinções de cunho social entre homens e mulheres, as quais tendem a subalternizar as mulheres (JESUS; ALVES. 2012, p 9).

O transfeminismo identifica as pessoas transgêneras/os, é o espaço de luta pela visibilidade desses corpos que exigem um lugar de fala, rompendo com a força neoliberal contemporânea, que enfraquece o direito civil, é o movimento que aponta e mostra a exclusão nos espaços sociais, exige o que foi roubado pela hierarquia nacional, o transfeminismo se fortalece por meio da academia, apresenta a realidade que antes foi negada por não ter representação das identidades trans como tem surgido há poucas décadas.

Para Megg Oliveira (2017), a instituição escolar controla os corpos brancos e negros, heterossexuais e homossexuais; de gays afeminados/as e bichas, quando impõe normas sobre o modo de comportar-se, quando regula as brincadeiras e segrega qual tipo de brinquedo para menina/o, quando se utiliza de ameaça com viés religioso. Ao compreender que existe uma regulação devido ao comportamento na escola ocorre desconforto. A criança ou adolescente ao se defender é apontado/a como rebelde, portanto, entender a discriminação fortalece a sobrevivência neste ambiente sempre hostil, visto que o/a aluno/a pode ser expulso em decorrência de uma violência estrutural naturalizada.

3 – CAMINHOS QUE SE CRUZAM

Faço parte de um grupo da população transgênera de Maringá-PR chamado Resistrans, que se comunica por meio de mensagens de texto via *WhatsApp*, se discute assuntos relacionados à transição de gênero, a transfobia, a educação, trabalho e outros. Estar próximo desse grupo e dialogar a respeito da educação fortalece o interesse por esta escrita visto que alguns/mas relataram medo do ambiente escolar e a violência simbólica neste espaço durante a infância e adolescência. Conhecer outras existências trans e apoiar uns/umas aos/às outros/as mantém a expectativa sobre a mudança do cenário conservador brasileiro.

Neste sentido, no decorrer da leitura apresento outras vozes para fazer parte deste contexto e ilustrar como são as vivências e trajetórias de transhomens no campo educacional, seus acessos para se manterem na escola e os afetos que atravessam a docência. Falar destes corpos dissidentes garante a visibilidade de suas existências e abre espaço para que outros/as transgêneros/as acessem o Ensino Superior. O espaço educacional simboliza luta e resistência desde a infância desses corpos *queer*. Entendo como *queer*, a partir de Preciado (2013), aquela criança que se apresenta como um monstro, um corpo estranho, indesejável nas instituições e constituições sociais, que está fora dos padrões considerados heteronormativos. Junto-me a outros transhomens para elucidar suas vivências. Encontrá-los foi um longo percurso porque meu interesse científico são transhomens que se graduaram em uma licenciatura; pesquisei em grupos de *Facebook* exclusivos de pessoas transgêneros/as e *grupos de WhatsApp* que disponibilizam em forma de *link* nos próprios grupos de acesso da plataforma, fiz amizades no Estado do Paraná e demais localidades e mantive diálogo com diversas pessoas para encontrar meninos dispostos a fazerem parte desta pesquisa, levando em consideração que uma parcela não possui uma formação acadêmica e até abandona a escola ao ser incompreendido/a como um corpo trans, isto afunilou ainda mais minha busca.

Para solidificar esta escrita outros transhomens com vivências relacionadas à educação farão parte deste contexto, afirmando o que teóricas/os desenvolvem em sua linha de pesquisa, relacionado a gênero e sexualidade. Nesse sentido, a metodologia transfeminista me possibilita elucidar a realidade da vivência no cotidiano. No percurso da entrevista escolhi utilizar a abreviação de nomes dos transhomens para a preservação da privacidade aos meninos que se dispuseram a

participar desta escrita, enviei individualmente em seus *e-mails* meu pré projeto de TCC para a compreensão sobre o desenvolvimento do trabalho, a proposta foi aceita no sentido que suas realidades atravessam a temática, apresento aqui o G, professor formado em Filosofia e mestrado neste segmento, ele era amigo de um garoto que conheci em um grupo de transgêneros e hormônios na plataforma *Facebook*, o mesmo ficou sabendo da minha procura e se apresentou. Localizei o L. F, em uma página de Teorias *Queer* no *Facebook*, mantive diálogo para apresentar minha pesquisa, ele é formado em Jornalismo, professor de inglês e espanhol e graduando em Filosofia e escritor de um livro. Encontrei o F. por meio de amigos que relataram a formação dele e entrei em contato pelo aplicativo *WhatsApp*, é professor de inglês, formado em Letras. Tive conhecimento sobre o E.P, por meio de amigos/as que o conheciam, entrei em contato pela plataforma *Facebook*, ele é formado em Filosofia e mestrando em Educação.

No decorrer do diálogo perguntei ao professor L.F como consistiu sua infância na escola.

Dizer que foi feliz não foi, foi um lugar que disse pra mim que eu não era alguém, que eu não merecia existir, entendeu? Então ter que abrir mão da sua existência pra poder estar num lugar é muito violento. Os profissionais não estão preparados pra essa discussão não estão. Eles acham que você tem que ser a reprodução daquilo que a sociedade diz, porque senão você vai sofrer. É isso que você vê na escola, sabe? Então, falar disso até me traz péssimas lembranças né que a escola, ela é violenta, a escola é o pior lugar pra uma criança LGBTQ+. Pior lugar porque diz pra ela que ela não merece ser, que ela não merece existir, que ela não merece amar, que ela não merece nada. É isso que a escola faz de forma muito sistêmica, muito discreta e às vezes de forma escancarada. Tem os seus agentes que são os alunos que te vigiam, que te lembram, que você não tem que tá ali, então, é muito ruim isso. Então, minha infância, minha pré-adolescência, negou tudo na escola, foi um inferno, foi uma coisa assim, que eu gostava de estudar, mas ir pra escola, pra mim era uma tortura, era um lugar que dizia o tempo todo que eu não me encaixava em lugar nenhum, sabe? Era um lugar que não podia ser eu. Então, assim, eu tenho péssimas lembranças da escola, péssimas, principalmente, educação física. Eu sei que é necessário o esporte, eu sei que é necessário um monte de coisa, mas eu não gosto, porque eu tinha uma obrigação de jogar vôlei e odiava jogar vôlei, handebol, porque a bola vinha pra minha cara, eu queria jogar basquete, mas o professor falava que isso é coisa de homem, e aí eu ouvindo aquilo não tinha atividades específicas pro meu caso.

Perceber o ambiente escolar de modo crítico demonstra que pautas a respeito das diferenças devem ser debatidas.

Para compreender de qual lugar eu falo, irei narrar um dos percursos que tive de fazer para validar minha existência na Universidade, no curso de pedagogia. Comecei minha transição de gênero no final do primeiro ano e demorei para contar a todos/as, pois sentia medo de passar por situações desagradáveis. Em determinado momento me deparei com duas alternativas, parar o curso ou enfrentar o espaço acadêmico, escolhi permanecer. Recorri ao aplicativo *WhatsApp* para contar a uma parcela da sala que se inclui no movimento LGBT, fui bem recebido, porém não eram todas as pessoas que sabiam sobre isso.

Me dirigi ao Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para solicitar o uso do meu nome social que fora regulamentado em 2013, a resolução 013/2013 dispõe o uso do nome social para travestis e transexuais na UEM, as professoras Dr^a Eliane R. Maio, Dr^a Patricia Lessa e Dr^a Crishna Mirella de A. Correa foram as responsáveis por esta conquista. No DAA me passaram a informação que meu nome social, Daniel Henrique constaria na chamada do curso após seis meses, fiquei incomodado com esse tempo; no outro dia para minha surpresa, no início da quarta aula, após o intervalo, fui chamado, todos se espantaram e eu respondi presente. Por fim, escrevi uma mensagem me apresentando a todos/as e enviei no grupo de *WhatsApp* da turma. Chamo esses acontecimentos no qual passei de “saga crepúsculo”, pois parecia um filme de ficção com tons obscuros, uma pessoa ter que passar por tudo isso para afirmar sua existência.

Esses momentos foram marcados por episódios no qual eu tinha de me reapresentar por meio de *e-mails* a professores/as que me conheciam anteriormente, que lecionam disciplinas em paralelo à Matriz Curricular do curso. Quando se é gay ou lésbica, transitar em espaços de socialização tem uma cobrança diferente referente à orientação sexual, deve também ser respeitada/o. A pessoa transgênera, sempre está atenta para reafirmar a sua identidade, explicar como deseja ser tratada.

O transhomem L.F passou por uma situação parecida em seu período de faculdade.

Porque você enfrenta preconceito de que você tem que dizer, olha, é esse nome que eu vou colocar no trabalho. Ah mas na chamada tá outro, tinha muitas vezes que eu não respondi a chamada e eu tinha que explicar pra professora, não tinha nome social no uso do negócio da faculdade, aí eu tinha que ir em matéria á distância, fazer um texto pro professor e pras pessoas do ambiente virtual meu nome é L.F, eu tinha que contar minha vida pra pessoas completamente estranhas, tinha que ir na secretaria fazer show, barraco, porque não me chamavam pelo nome social e que era um direito, eu não sou advogado, mas eu tinha que conhecer lei pra dialogar na faculdade, falar, ó, existe uma lei estadual assim que diz que você tem que me chamar assim e não tinha muita coisa naquela época, eu fui o primeiro homem trans assumido da universidade.

Durante cada semestre uma disciplina é ofertada na plataforma *moodle* ou seja *on-line*. Uma surpresa no início da matéria foi que meu novo nome não havia sido alterado, sorte que a professora sabia da minha transição, vai lá o Daniel novamente ter que provar quem ele é, neste momento estava com os documentos originais retificados e enviei cópias no e-mail responsável pelo *moodle*. Outra situação constrangedora ocorreu em uma votação de secretariado do curso, ao buscar meu nome na lista encontrei o antigo no lugar, lá fui eu novamente averiguar o motivo e não souberam responder, mais um *frame* de minha existência.

Cada realidade se difere da outra, o professor transhomem E.P passou por essa situação com outra abordagem, o que denuncia que a existência de leis não garante sua execução.

Eu comecei minha transição de gênero no meio da graduação. Por estudar numa universidade pública, é direito garantido por lei o uso do nome social. Eu não apenas tive esse direito assegurado, como fui tratado muito respeitosamente durante todo o processo de alteração do meu nome no sistema, pelos professores e colegas. Infelizmente eu sei que meu relato é um ponto fora da curva e que outras pessoas trans não têm a mesma sorte que eu, mas a UFPR foi muito acolhedora nesse sentido.

Nesse sentido, se observa a relevância da política de inclusão na instituição educacional, com a adoção do uso do nome social, um direito de pertencimento da pessoa transgênero/a na sociedade.

Conhecer outras histórias compartilhar conquistas, corrobora para o empoderamento de classes menos favorecidas por termos direitos submetidos a

juízo na hora de abrir uma conta em banco, um crediário, um internamento em hospital ou clínica para algum procedimento, comprar roupas ou calçados, frequentar um salão de beleza ou barbearia, frequentar uma academia ou praticar outro esporte, renovar uma habilitação, votar após retificado e o título puxar a foto antiga, cursar uma universidade, se candidatar numa vaga de emprego dentre outros espaços de socialização.

Neste contexto, me posiciono no meu lugar de fala, entendo essa expressão segundo a mulher cis negra Djamila Ribeiro (2017), como a tentativa de equalizar as vozes para que pessoas social e historicamente impedidas de falarem por si enquanto sujeitas possam participar ativamente das narrativas sobre si e sobre aqueles/as que compartilham seus marcadores sociais.

O professor homem cis bicha preta Rodrigo Pedro Casteleira (2018), aborda em sua tese de doutorado em educação pela UEM, a vivência de travestis que em determinado momento passaram pelo cárcere prisional e de travestis que se deparam nesta situação. Neste sentido, se encontram suscetíveis a violência simbólica ou física, por falta de sensibilidade e respeito em relação as suas identidades femininas. Existe um despreparo ao lidar com essas mulheres por parte de agentes penitenciários; policiais e delegados/as, ao permitir a prisão junto a homens quando as mesmas deveriam estar numa prisão para mulheres. Dentro da prisão o cabelo é raspado e não é permitido o uso de roupas e adornos, então elas *hackeiam* este espaço para sua subsistência, ao quebrar uma gilete pra fazer sua sobancelha, quando dobram a camiseta na gola pra fazer uma blusinha e ao dobrar o *shorts* pra deixar mais curto. O termo *hackear* é conhecido no sistema virtual e computacional como modo de invasão de programação, em situações de conflito é utilizado para designar a resistência perante adversidades.

Neste sentido em relação a educação, é incomum ver no espaço educacional um corpo transgênero se graduando, somos comumente marginalizados em nossa historicidade, logo a relevância de se discutir a permanência da população trans na escola, alguns relatos dos meninos explanam a visão relacionada ao ambiente escolar na infância. Para o transhomem L.F:

Oi, tudo bom? Vamos lá, eu não tive infância correta na escola, né? Eu tive que aprender a bater pra sobreviver. Primeiro que, assim, eu sempre tive uma aparência meio masculinizada pra uma mulher, né?

Que a sociedade me lia como uma mulher, como uma criança menina. E eu nunca me percebi desse jeito, eu não percebia como um menino, mas eu não sabia dizer isso pra mim mesmo, sabe? Então, eu tive uma infância que eu tive que aprender a bater eu tive que aprender a bater pra sobreviver na escola, porque eu era muito julgado pela minha aparência, por sentar na frente, por enfim, eu não tinha amizade na escola, tinha poucas pessoas que eu conversava, e eu só fui ter amizade, ter alguma coisa na escola quando aprendi a bater. Eu vivia mudando de escola, eu gostava de estudar, mas odiava ir pra escola, porque eu odiava ser julgado as meninas me julgavam porque eu tinha uma aparência que não era condizente com a delas e eu não queria fazer as coisas que elas queriam. Os meninos me julgavam porque eu não era um menino e queria estar naquela aparência de menino e queria ter uma vida de menino na escola, queria ter a vida, sabe? Então, é muito complicado ser uma criança, uma criança que não sabe que é trans, porque eu tinha alguma coisa de errado comigo, mas eu não sabia dessas coisas.

No decorrer do discurso muitas memórias foram acessadas, L.F demonstra como a escola é desafiadora e incompreensiva em relação à criança *queer*, tornando o ambiente nada hostil durante sua infância.

Cada realidade se difere da outra, relata G:

“Não tenho lembranças muito sólidas do ambiente escolar, enquanto criança. Mas, o pouco que me resta me traz a mente à sensação de não familiar, estranheza e não pertencimento”.

Retornar a memória da infância no período escolar possui uma singularidade, deslocar-se na história que se construiu e examinar como a sociedade propõe um modelo, um rótulo padrão de pessoa.

Sobre a escola E.P relata:

Eu demorei muito tempo para compreender que aquele sentimento de inadequação que me acompanhava desde a infância (e em especial na adolescência) era por ser dissidente do sistema sexo-gênero. Eu não me sentia representado em lugar algum, sentia que não era desse mundo, que havia algo terrivelmente errado comigo, mas que não sabia o que era, nem mesmo como falar sobre isso, porque parecia que ninguém se importaria. De fato, só pude “sair do armário” já no fim do ensino médio, quando não sentia mais que a aprovação ou desaprovação da escola interferiria na minha percepção de mim.

Para ambos relatos eles mencionam como percebiam ser diferentes, para F. não foi diferente.

Desde muito pequeno sabia que era diferente, gostava de brincar com os meninos e usava roupas masculinas, mas para mim aquilo era normal. Percebi que gostava de meninas aos 10 anos quando me apaixonei por uma colega de classe, queria ficar perto abraça-la, até então ninguém achava aquilo meio estranho muito menos eu, mas conforme fui crescendo entrando na fase da puberdade, percebi que meus desejos iam além daquilo, queria namorar meninas, ser seu namorado e não namorada. Os colegas passaram a perceber meu comportamento e me tiraram do armário antes mesmo que eu me sentisse a vontade de sair, pois me chamavam de sapatão, caminhoneira entre outros nomes, sofri bastante naquela época pois não entendia o porquê de me tratarem assim, o porquê daquilo estar acontecendo comigo.

Como explora Lamberti (2019), o lugar de fala é um marcador de identidade dos que margeiam um espaço, das minorias nos espaços sociais que pouco aparecem na história, e também possuem memórias e afetos. Pelo fato de que nestes espaços acadêmicos de produção e reprodução de saberes pouco se encontram pessoas trans em carreira docente.

Partindo da afirmação da professora Lamberti (2019), o movimento trans no Brasil partiu do fortalecimento da consciência política e social, o apagamento dessas identidades marginalizadas, violentadas, ganharam notoriedade a partir dos estudos dos corpos transgêneros e a ocupação deles dentro da Universidade, novos/as teóricos/as trans pensando em grupo e identificando as nuances da transgeneridade conquistando assim visibilidade.

Em um período da infância de Preciado (2013), antes de sua transição de gênero que ocorreu na fase adulta, se compreendia como uma criança *queer*, lida como cisgênera. Aos sete anos de idade, durante o tempo que estudou numa escola de freiras, foi proposta uma atividade para que as crianças desenhassem suas futuras e respectivas famílias, desenhou-se “casada” com sua melhor amiga, e vários animais de estimação, o que representava um casal lésbico, a professora discordou do desenho e acionou a família de Preciado, não houve mais paz na escola e nem em sua casa, alegavam princípios morais e religiosos de que pessoas cis não podiam ter relações homoafetivas. Histórias como a dele se relacionam com outros relatos de pessoas LGBT, pois a sociedade não compreende assuntos relativos à sexualidade.

Megg Oliveira (2017) aborda Foucault (1988) em relação ao conceito nomeado por ele de dispositivo de poder. Foucault analisou o século XVII e percebeu que técnicas de poder se relacionam e incidem sobre pessoas e desempenham um controle no comportamento. O autor classificou o controle como disciplina de poder, pois o mesmo opera em diversas instituições e núcleos em forma de métodos. Os corpos são vigiados e adestrados de forma disciplinada para que sigam preceitos e atitudes, se relacionam ao dispositivo de poder o controle exercido pelo/a outro/a. Um exemplo desse controle é a instituição escolar, confessional, católica ou protestante, por meio de suas teorias e dogmas, exerce um poder sobre professores/as e alunos/as, ligados/as à religiosidade (OLIVEIRA, 2017).

É neste sentido que o conceito de poder em Foucault (1988) se relaciona com que Preciado (2015), define ao afirmar que a liberdade de sentimento é proibida, uma vez que em minha trajetória também me identifiquei neste lugar de atravessamentos do poder. Ao recordar a infância no período escolar; professoras pregavam em sala de aula sobre o matrimônio, o céu para quem obedecer e o inferno para quem desobedecer, ali já acontecia a política do poder que se estende por diversos estados e cidades. São criados argumentos para proibir o diálogo aberto sobre sexo, denomina-se mecanismo de controle criada em forma de lei em concordância com a própria sociedade que monitora práticas individuais e coletivas de uma pessoa em relação à sua sexualidade e reprodução.

Para demonstrar como os dispositivos de poder operam retorno à minha infância, neste período não havia feito a transição de gênero. Desde pequeno era levado à igreja católica para a celebração de missas e encontros semanais de catequese, já sentia atração pelas meninas e fazíamos círculos para rezar, eu pegava na mão delas e sabia que ninguém deveria saber, era um segredo só meu e durante a missa o padre falava que a bíblia condenava situações homoafetivas e contava a história de Sodoma e Gomorra, que relata a perversão em uma cidade. Eu ficava assustado. Fiquei deprimido quando descobri que esse universo religioso só permite a relação cisheteronormativa. Entendia que não poderia me casar com uma mulher e fui permanecendo nesta religião até adulto, me tornei catequista e desisti um tempo depois, pois poderiam descobrir minha orientação sexual.

São memórias marcantes dentre os espaços de socialização educativa cheio de regras, eu me sentia diferente dos/as demais. Na escola municipal que estudei, a igreja estava presente antes do início das aulas, tínhamos que rezar e carregar a bíblia aberta nos corredores da sala. Recordo que havia uma menina evangélica e a professora a intimidou dizendo que a mesma deveria ser católica, pois era a única igreja que salvava, foi, aos meus olhos uma situação humilhante.

Quando ingressei no curso de Pedagogia, passei a conhecer leis a respeito da educação de que o estado é laico. Mas a figuração desta memória não é tão diferente em centros municipais de ensino infantil, no qual fiz estágio obrigatório supervisionado e presenciei a mesma cena parecida de anos atrás.

Nos meus anos de escola eu fui uma criança obediente e medrosa, via muito *bullying* acontecer e não queria passar por situações constrangedoras. Mesmo assim me ocorreu um fato na 2ª série, um menino chamado Hernandez dizia que gostava de mim e queria me beijar, pediu pra turma me agarrar e as crianças seguraram meus braços e mãos, pernas e pés e minha cabeça, eu fiquei sem forças pra lutar naquele momento foi assustador, este menino me beijou à força e todos/as riam de mim, eu coloquei meus lábios para dentro pra ele ver que eu não queria, me soltaram e saí correndo a chorar. A professora ficou sabendo da situação que ocorreu no intervalo e não fez nada, tampouco a direção que opera com dificuldade em resolver algumas situações que ocorrem na escola, em especial quando tangencia gêneros e/ou sexualidades não normativas.

Abaixo o professor L.F descreve uma situação parecida durante sua infância na escola:

Então, assim, eu tive uma coisa muito traumática e eu não esqueço até hoje que é uma brincadeira que é aquela pêra, uva, maçã, salada mista, aí quando dava uma fruta em comum que parava de cantar a música numa fruta e caía em você e uma pessoa do teu gênero oposto, aí você tinha que dar um selinho. O menino foi dar selinho em mim, coitado, mas eu bati nele tanto, bati nele tanto, comecei a chorar, que não deu muito certo. Porque eu era visto como uma pessoa estranha, né? E na minha época você tinha que ler aquelas revistas capricho e atrevida pra saber, como que era beijo, como que era transar, todas essas coisas, né?

Encontrar profissionais capacitados/as para palestrar sobre assuntos pertinentes a gênero e sexualidade é uma dificuldade que gestores/as utilizam como

argumento, e este assunto aborda, previne e alerta como a violência acontece quando falta conhecimento da sociedade. Professores/as com proficiência no assunto podem ensinar outros/as em encontros pedagógicos e até mesmo a comunidade em encontros escolares do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), pode ser pauta para agregar conhecimento entre a comunidade interna e externa. Se a escola não demonstra interesse em ajudar seus/suas alunos/as, como as atitudes das crianças e futuros adultos/as irão mudar?

Para Robson Guedes da Silva, (2005) a escola é compreendida como uma organização social que reproduz a segregação de alunos/as reproduzindo os estereótipos de gênero da sociedade, os/as professores/as esperam e produzem comportamentos diferentes de meninas e meninos.

Neste mesmo sentido, de acordo com Tomaz Tadeu da Silva, (2018) a escola é uma extensão da sociedade, ela se sustenta pelas fragilidades do currículo assegurando deste modo a heteronormatividade e assim apagando e violando a existência de crianças *queer*.

A escola reproduz desigualdade pela forma que padroniza o currículo reconhecer este fato possibilita uma análise de como podemos pensar num modelo que compreenda as diversidades para que não haja exclusão de corpos estigmatizados como aqueles/as fora do padrão heteronormativo, prezando cada indivíduo, esta detentora de uma subjetividade que pode ser esclarecida brevemente como a particularidade de cada pessoa, que não se vê pertencente aos modelos impostos socialmente, cada um tem seus valores, suas histórias seus anseios, sua maneira de enxergar o mundo; livre de preconceitos e indiferenças.

O que me possibilitou a realidade de compreensão da segregação dos corpos foram os estudos na área de gênero e sexualidade. Pensar histórias sobre vivências transmasculinas na área da educação me proporcionou expectativas referentes a esta escrita.

Em suma, a ideia deste trabalho surgiu ao me deparar que sou o primeiro transhomem cursando Pedagogia na UEM, se formou há poucos anos a primeira travesti em Pedagogia na mesma instituição, chamada Daniele Oliveira, em 2015.

No ano de 2019 o Programa de Pós Graduação em Educação, (PPE) da UEM formou a primeira mestra travesti e Drag Queen após 50 anos de existência desta instituição. Isto demonstra uma conquista, mas ao mesmo tempo é uma denúncia de

como pessoas trans e travestis são excluídas do sistema educacional. A mesma conquistou vaga para professora do curso de Artes Cênicas na mesma instituição no ano de 2021, também passou na classificação para iniciar doutoramento em Educação pelo mesmo programa em que fez seu mestrado, essa vitória de Lua Lamberti a coloca num pódio por ser a primeira trans mestra, doutora e professora da UEM. As conquistas de Lua abrem portas para que outras pessoas trans, travestis, acessem sem medo o sistema acadêmico algo que já vem acontecendo no curso de graduação em pedagogia; hoje temos no devido curso as alunas se graduando; Gabriela, (2º ano) e a Jéssica, (1º ano).

Existe uma carência relativa a defesa desta identidade por mais que se tenha conquistado espaço como a mudança de nome e gênero nos documentos oficiais diretamente em cartório que possibilita a existência judicial dentro dos aparatos legais, contradizendo a falaciosa afirmação que as existências trans são fictícias. O direito ao nome e sexo retificado nos documentos oficiais auxilia a não passar por situações constrangedoras ao apresentar documentos, mas não garante a segurança, pois a transgeneridade é marginalizada.

A Lei Maria da Penha 11.340/2006 pode ser acionada por travestis e transexuais em casos de violência, é uma garantia de proteção.

O feminicídio apareceria textualmente no Código Penal brasileiro como a morte das mulheres em razão do gênero. Porém, o que se vê na lei aprovada é a supressão da categoria gênero e sua substituição por sexo feminino, provavelmente para afastar a possibilidade de incidência da lei às travestis ou às mulheres trans. (MACHADO; CORREA, 2016.p.136,137).

A professora Luma Andrade (2012), traz à tona em sua tese: Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa. Uma Narrativa que vai de encontro à realidade escolar que não respeita os corpos dissidentes. Ela relata que foi acuada em vários espaços educacionais por ser travesti, mesmo desempenhando um trabalho como uma excelente profissional e ter passado por processos eletivos, o desrespeito à identidade trans demonstra que a sociedade não sabe lidar com as diferenças por meio de atitudes preconceituosas.

A exemplo da primeira vez que fui à escola de Tabuleiro do Norte para ser apresentada aos(as) alunos(as), fui recebida aos gritos em

uma quadra esportiva repleta de alunos chamando-me de viado sucessivamente, como palavra de ordem. Naquele momento, pensei em largar tudo, sair dali correndo em busca de proteção, mas procurei forças em meu interior e percebi que, se assim procedesse, perderia a oportunidade de transformar aquela realidade e aqueles jovens. Eu estava pronta para abrir caminho, mas ainda não sabia com o que poderia me deparar (ANDRADE, 2012, p.86).

Situações de humilhação que Luma passou a fez perceber que falta entendimento sobre a sexualidade no espaço educativo, mudar este quadro a manteve na docência.

O entrevistado L.F relata situações em sua graduação em Jornalismo, anterior a Filosofia, narra como este espaço acadêmico foi desafiador por ser um transhomem, ressalta desafetos perante a posição docente.

Então é muito complicado você pensar nessas questões, sabe? E você pensar que professor fazia reunião pra discutir como ia te chamar na sala de aula e sem quem? Sem a mim, que interessa o processo. Uma professora me viu no barzinho da faculdade, falou assim, L. eu tô muito puta, eu falei: O que aconteceu professora? A coordenadora do curso fez uma reunião com a gente pra dizer como tem que te chamar, sem você. Ela ficou louca, como é que é isso? Ela falou, não fala com ela que foi eu que te falei. Falei, não, não vou nem falar com ela disso, mas assim, eu fico muito revoltado, porque assim, parece que eu sou um ET, aí vão discutir o ET sem o ET, sabe? Então, os meus colegas faziam questão de não me chamar pelo nome social e aí eu falava que ia processar, eu sempre falava do machismo, da misoginia presente naquele ambiente, porque a maioria parte dos caras, que faziam jornalismo pra se dedicar ao esporte. Então, imagina o machismo e a misoginia a LGBTfobia, né? E o professor que eu tinha, ele falava: L.F descansa, aí você é muito militante. Eu falei assim, não tem como eu não ser militante, isso salva vidas, e eu não admito que se fale essas coisas aqui, eu era um chatão mesmo, aquela pessoa que ficava regulando comentário sabe? Então minha vida não foi fácil, foi praticamente que matar um leão por dia. Eu fiz um trabalho de conclusão de curso, né? Que falou sobre homens trans, que hoje é um livro, que é simplesmente um relato sobre a experiência cotidiana de homens trans, tá publicado pela metanóia, foi meu trabalho de conclusão de curso. A coordenadora do curso não foi ver minha apresentação, minha apresentação tinha pouca gente, sabe? Boicotaram a minha apresentação, mas eu fiz a apresentação como se o auditório tivesse lotado, e ela não queria que eu fizesse esse tema, (simplesmente homem), ela desde o início, ela deixou muito claro que isso não era um tema jornalisticamente relevante pra mim, só que aí o destino é muito bom, né? Porque hoje nessa universidade tem outros trabalhos sobre a questão de transexualidade e as pessoas vêm me procurar. Um ano depois, eu fui, no gabinete de um vereador e eu consegui

uma sala na Câmara Municipal, a TV, o pessoal da TV Câmara filmou, a gente fez transmissão online, fizemos um monte de coisa.

Lamberti (2019), classifica que marcadores de sexo e gênero estão imbricados no campo educacional e enfatiza quais corpos são aceitos ou não. Pesquisas surgiram para mostrar os corpos trans na escola, eles/elas existem e não podem ser apagados, vistos como anormais como comumente acontece, a escola se torna espaço de resistência quando defende a diferença.

Para Samilo Takara (2020), homem cis bicha, a criança atravessa a infância na dimensão afetiva e sexual, ela precisa de afeto, auto estima e sentir-se segura. Ela precisa ter relações afetivas saudáveis durante sua convivência com pessoas. A criança está em constante aprendizado, e seu primeiro contato é o núcleo familiar e escolar, ao conhecer outras crianças fortalece sua experiência social.

Consta no Estatuto da Criança e do Adolescente a garantia de direitos fundamentais e condições de desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social e condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990, S/P). Confere o direito ao respeito; à integridade psíquica; à educação de qualidade; aos valores culturais artísticos e históricos. Tais direitos assegurados na Constituição e no ECA na lei nº 8.069/90, se fortalece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Neste sentido, Takara (2020), chama a atenção ao analisar a legislação que visa à proteção da criança e do/a adolescente, o espaço escolar é coletivo, para entender os diferentes corpos que se encontram neste ambiente é preciso conscientizar todo o corpo da escola para uma educação igualitária, para não ferir a liberdade do/a outro/a, aprendendo a conviver com a diversidade, tornando a escola um ambiente agradável e não de tortura de corpos dissidentes.

Também é na escola que os corpos transexuais são discriminados, procurar reivindicar seus direitos de existir, não se calar, se empoderar é uma iniciativa recorrente na vida de uma pessoa trans. Uma conquista da comunidade transexual é que a Organização Mundial da Saúde (OMS) deve fazer a retirada da transexualidade da lista de Classificação Internacional de Doenças Mentais (CID) até janeiro de 2022, não que a transfobia irá acabar, mas poderá ser mais fácil de transitar em espaços da saúde na hora de procurar um/a médico/a endocrinologista, ginecologista, proctologista, urologista, cirurgião/ã plástico/a, psiquiatra dentre outros/as, que exigem laudos psicológicos para afirmar que a pessoa é transexual,

ou deixam de atender por esse motivo. Este feito da retirada da CID se conecta justamente pelo fato de estudiosos/as trans ocuparem espaços da saúde e educação e estarem na luta pela qualidade de vida da população trans. É possível que muitas pessoas trans deixem os cuidados da saúde de lado por conta de situações constrangedoras. Relembrando que alguns corpos trans optam por tratamento com médico/a endócrino para mudanças físicas/corporais, agora a classificação da CID entra em anexo com condições relacionadas à saúde sexual, classificada como incongruência de gênero.

Para Dodi Leal (2020), o poder está instaurado nos modos de consumo, nas extensões virtuais e no campo cultural, o acesso e utilização tanto de medicamentos para o controle emocional e ferramentas que comumente chamamos de aplicativos, estes presentes nos aparelhos eletrônicos. Sabendo que grande parte da população transgênera está em condição de vulnerabilidade, pelas repetidas violências que sofrem em diversas instâncias, mais uma vez incide a exclusão pela falta de acesso às tecnologias e redes, de forma similar com uma grande parte da população que não usufrui dos privilégios econômicos.

Quem possui o acesso à tecnologia pode utilizar as redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* se comunicando por meio de grupos de pessoas transgêneras no Brasil e no mundo, essa conexão acontece e possibilita trocar informações por meio de diálogo e palestras criadas com assuntos específicos, dialogar quais as necessidades para a população transgênera na área da saúde; moradia; educação; segurança; dia a dia; preconceitos; empregos; relacionamentos e assuntos pertinentes à vivência de cada um/a. Uma página na plataforma *Facebook* chamada TRANGÊNEROS E HORMÔNIOS possui 21.984 membros até 20/03/2021, dentre este espaço de interação se encontram outros que permitem conhecer a história de outras pessoas como eu.

Quando estudos sobre pessoas transexuais circulam no espaço universitário elaborados pelas próprias identidades trans como neste trabalho acadêmico, ocorre um movimento, uma ruptura histórica, e significa que a representatividade trans está ocupando o espaço teórico. É factível a existência de corpos trans na sociedade e que são vistos como uma população marginalizada, com baixa perspectiva de emprego que garanta sua subsistência. O rompimento dessa relação em que

transgêneros/as contornam uma pirâmide de subemprego se modifica quando acessam a universidade em busca de conhecimento científico e intelectual.

Para o professor G, sua existência no espaço profissional é um ato político.

Acredito que a minha forma de militância se restringe a minha própria forma de ser e estar no mundo. O ato de subsistir todos os dias enquanto um homem trans e ocupar espaços que nos são constantemente negados já é por si só um ato político. Faço uma transvaloração dos padrões sociais, quando ocupo uma cadeira em um curso de graduação elitizado, quando ascendo academicamente com um mestrado e quando preencho um cargo em uma empresa privada, o que socialmente não é esperado de nós.

O espaço acadêmico permite o empoderamento da identidade trans, ocorre uma transformação e elaboração do pensamento, isto integra e facilita o trânsito de pessoas nos espaços a que todos têm direito de ir e vir ao se matricular em escolas regulares de ensino, faculdades, escolas de música, escola de artes, centros de natação, academias, centro de lutas, frequentar parques, museus, bibliotecas, praias, clubes, danceterias, restaurantes, pizzarias, sorveterias, bares, lanchonetes sem medo sofrer uma agressão. Essa escrita permite a reflexão sobre o direito de existir, o direito à liberdade de acesso a espaços coletivos acima citados.

Os estudos sobre gênero abordam um questionamento frente ao comportamento da sociedade em relação as vivências trans, mas o olhar crítico dessas vivências aponta a sociedade. Está ocorrendo um movimento em vias de equiparação, esse contexto traz a reflexão de como a diversidade é presente e incomoda, permanecer nesse diálogo infere pequenos avanços, desperta uma esperança de que o cenário de mistos preconceitos sejam grafados apenas nos livros de história para mostrar que a sociedade evoluiu e um dia foi excludente.

Há um enfrentamento diário em relação à identidade do transhomem, em como aprender a ser homem e de como agir. Antes de uma transição de gênero possivelmente se buscou espelhar em um homem cis hétero, isso pode ser frustrante ao entender o machismo e até se ver como um. Um transhomem vai construindo e compreendendo a relação de gênero em outra dimensão. Por estudar esta ciência que é a educação, perceber a sociedade e os vínculos que se cruzam por meio do conhecimento pode se aprofundar e estabelecer uma crítica individual e

coletiva. Se a escola é uma instituição vinculada à sociedade, é possível que um parâmetro se instituiu para divulgar a intolerância que foi se afixando por influência externa. Neste sentido se nega a educação sexual no currículo por falta de conhecimento sobre gênero e sexualidade e reproduz uma sociedade machista e intolerante.

CRUZAMENTOS DE (R)EXISTÊNCIA

A finalidade desta escrita contempla a vivência da identidade trans no espaço educacional, utiliza-se da metodologia transfeminista que permite a criticidade no contexto social; cultural; político e econômico, autores/as transgêneros/as foram referenciados/as neste texto, isso afirma que a existência de corpos trans não é fictícia, demonstra que a escola pode se tornar um espaço de resistência ao defender os corpos dissidentes. O transfeminismo surgiu pelo empoderamento de corpos trans que criaram esta epistemologia para poder se auto-identificar, se defender, manifestando o direito de existência; o direito de ser livre; o direito de liberdade nos espaços de socialização.

Conscientizar o corpo da escola para uma educação igualitária, para não ferir o direito à liberdade do/a próximo/a e ensinar como o sistema heteronormativo regula o comportamento alheio, buscar uma consciência crítica por meio de estudos no aspecto da sexualidade. Estudar temáticas sobre gênero e sexualidade e discutir na infância no período da escolaridade rompem o preconceito, promovem a aceitação de quem se identifica *queer*.

Junto-me a mais quatro transhomens que em forma de relato conversaram sobre suas existências e sobre episódios relativos ao campo educacional. Ao visitar suas memórias durante a infância e posteriormente na fase adulta, dentre os diálogos se encontram situações positivas e negativas em relação à socialização na família, escola, faculdade e igreja. O questionamento que Preciado (2013) argumenta fala sobre a defesa da criança *queer*, a minoria a defende, neste sentido retornar como professor e participar desta defesa do corpo dissidente possibilita reescrever uma futura realidade.

O encontro nesta escrita surpreende trazendo a memória de transhomens que escolheram a licenciatura e o direito de trans e travestis tem se garantido pela

formação desses corpos em outras áreas do conhecimento, vidas marginalizadas agora se empoderaram. Este trabalho é uma ferramenta e pode ser usado para a reflexão de que o direito à educação é retirado quando a própria escola segrega o/a aluno/a, quando aponta e deslegitima sua sexualidade. Por ser o primeiro transhomem formando em Pedagogia na UEM e partilhar outras vivências a mensagem nesta escrita já é uma denúncia e confere um novo olhar ao currículo escolar.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola: Assujeitamento e resistência á ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. P.88- 189.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL, Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Distrito Federal: Imprensa Nacional, 1990.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências**. 2018. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2018.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: Um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **Revista Agora**, a revista da história do tempo presente, Ufmg, p. 134- 161. 2003.

CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO. Universidade Estadual de Maringá. **Resolução número 030/ 2013**. Aprova o relatório final da comissão para regulamentação do uso do nome social na UEM e dispõe sobre o uso do nome social para travestis e transexuais no âmbito da Universidade Estadual de Maringá. 11 de dezembro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade do saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JESUS, J.G.; ALVES, H. Feminismo Transgênero e Movimento de Mulheres Transexuais. **Revista Cronos**, v.11, n.2, 22 nov.2012.

LAMBERTI, Lua de Abreu. Pintando bocas monstros por meio da pe-drag-ogia. **Revista Brasileira do Programa de Pós-graduação em relações étnicas e contemporaneidade**, Bahia, v. 4, n. 7, p. 101-118, Jan/junho. 2019.

LEAL, Dodi. A arte travesti é a única estética pós apocalíptica possível? Pedagogias antiCISTêmicas da pandemia. Ed.n-1edições.org, 2020.

MACHADO,V.I CORREA, A. M. Crishna. Na trilha dos feminismos: Lei Maria da Penha, extensão Universitária e a constituição de novos atores sociais no enfrentamento as desigualdades de gênero. Revista de gênero, sexualidade e direito, Curitiba, PR, v. 2, N. 2, p. 134-150, JUL/Dez.2016.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O Diabo em forma de Gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 1ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Quem defende a criança queer?** Trad. Fernanda Nogueira. 2013. Disponível em: <https://revistajangada.ufv.br/quem-defende-a-crianca-queer/> Acesso em: 23out. 2020.

PRECIADO, Paul B. **Transfeminismo**. Série Pandemia, N-1 edições, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis – SC, 25 (1): 422, jan-abr, 2017, p. 365-373.

SILVA. G. Robson. Quando as anormais vão para a escola: Identidades precárias, Subjetivação e exclusão escolar. Gênero e educação. **Revista Aspás**, ppgac – Usp, v. 8, n. 1, p. 200-2009. 2018

TAKARA, Samilo. Narrativas de infâncias em desvios: Disputas à educação para o pleno desenvolvimento da pessoa. **Revista Brasileira de estudos da Homocultura**. V.3, N.9, p.232-247, (2020). Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10144>. Acesso em: 21 out.2020.
NT).]
